

## ABRALIC: sentidos do seu lugar

José Luís Jobim

<sup>1</sup> Este é um tema recorrente, já que podemos verificar a sua presença, por exemplo, na fala de Marisa Lajolo, durante o ENCONTRO REGIONAL DA ABRALIC 2005, em que ela aponta a “inadequação — digamos metonímica — de nossa maior associação nacional.” Eis a sua objeção: “Esta que hoje nos reúne — a ABRALIC — é nomeada a partir de *uma* das várias vertentes contemporâneas dos estudos literários, a literatura comparada. Adotamos para o *todo*, a denominação de *uma de suas partes*. Com isso, não estaremos tanto invisibilizando diferentes vertentes dos estudos literários, como tirando — da vertente comparatista deles — sua especificidade? Ou seja, por que será que não temos uma ABRALIT, que seria uma contrapartida para a ABRALIN?” (In: JOBIM et alii, 2005)

Há alguns anos, um colega e amigo meu de São Paulo me disse que, na sua opinião, a ABRALIC deveria ser chamada de ABRALIT (Associação Brasileira de Literatura), já que se teria transformado, de fato, na maior entidade agregadora de professores e pesquisadores de literatura no país<sup>1</sup>. Não pude negar a força deste argumento, mas acrescentei que ela já se constituía na maior da América Latina.

É claro que o adjetivo *Brasileira* — parte integrante da designação de nossa associação — remete a muitas outras coisas. Por exemplo: a uma territorialidade, que não tem efeitos apenas jurídicos, pois evocar o Brasil implica também um conjunto de relações históricas que os habitantes tiveram e têm entre si e com o lugar que ocupam, no seio deste Estado-nação. Por isto, na minha fala durante o Congresso da ABRALIC em Porto Alegre<sup>2</sup>, elaborei uma concepção de *lugar*, que acabou sendo uma palavra-chave para os eventos que presidi, no biênio 2004-2006. Vamos a ela.

Um lugar é, antes de mais nada, uma construção elaborada por várias gerações de homens e mulheres que nele habitaram ou por ele passaram, e que ajudaram a formular o sentido que tem. Ele é constituído por redes públicas de sentido, formadoras de subjetividade. Nele se constituem interpretações públicas simbolicamente mediadas, inclusive sobre o sentido deste lugar e sobre o que significa estar inserido nele. Num lugar, circulam elementos que de algum modo impõem sentido às experiências singulares dos sujeitos, elementos em relação aos quais estes sujeitos interpretam suas experiências (e os textos que lêem), bem como direcionam suas ações. Em outras palavras, o lugar é sempre fonte de pré-concepções que de

<sup>2</sup> O texto completo foi publicado na Revista *Desenredo*, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (v. 1, n. 1).

alguma maneira contribuem para a elaboração de nosso dizer, pois nele se situa o sistema de referências deste dizer – incluindo o universo de temas, interesses, termos etc. –, sistema que sempre já estabelece um limite dentro do qual nosso campo de enunciação se circunscreve. Lugares têm sempre história, e mesmo o apagamento de certos elementos constitutivos da história do lugar também é decorrente de razões históricas.

Neste quadro, não há como apagar o fato de que a Associação Brasileira de Literatura Comparada tem sua fala institucional indelevelmente ligada ao lugar Brasil, o que marcaria sua diferença em relação a outras Associações, que falam a partir de outros lugares.

Assim sendo, cremos que não poderá deixar de ser uma tarefa para os futuros dirigentes da ABRALIC tratarem em seus congressos de questões referentes à literatura em nosso país, pois não só o trabalho com a literatura brasileira é marcado por este lugar, mas também o com as chamadas “literaturas estrangeiras” tem esta marca, já que o próprio adjetivo “estrangeiras” tem seu sentido vinculado a um lugar de enunciação que as vê como externas, como pertencentes a outro lugar. Em outras palavras, lecionar Literatura Inglesa na Inglaterra não é a mesma coisa, nem suscita as mesmas questões do que lecionar esta literatura no Brasil, por exemplo.

Hoje, ao falarmos de um contexto em que se operam trocas, transferências, influências, imposições culturais num nível nunca visto em séculos anteriores, muitas questões se colocam. Para a ABRALIC, em função de ser a maior associação de professores de literatura e cultura da América Latina, coloca-se a questão da abordagem não só de temas relevantes para os lugares de onde cada pesquisador se origina, mas também de teorias que visam a explicar tanto os contextos daqueles lugares quanto os sistemas de trocas e transferências culturais dentro dos quais as literaturas e culturas se inserem. Na América do Sul, em particular, é muito importante este papel, já que, ao longo de seus muitos anos de existência, a ABRALIC abrigou um número crescente de pesquisadores de outros países desta área, os quais freqüentemente vêm de lugares em que as condições de trabalho intelectual são menos favoráveis do que as nossas, no Brasil.

Quando produzimos este número da *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, comemorativo dos vinte anos de atuação ininterrupta da ABRALIC, temos como objetivo, antes de mais nada, trazer à cena alguns dos participantes da construção desta associa-

ção científica, neste lugar. No Brasil de hoje, a vida das associações científicas da chamada “Grande Área de Lingüística Letras e Artes” está cada vez mais difícil. Como não temos “patrocinadores” privados – como nas áreas biomédicas, por exemplo –, as verbas para a manutenção de nossas atividades restringem-se a duas fontes: as agências de fomento e nossos associados. Além de o apoio das agências de fomento ser cada vez mais problemático, para piorar o quadro, as várias associações de nossa Grande Área ainda competem entre si pelo volume cada vez mais restrito de verbas disponíveis. Um melhor entendimento e racionalização, pelo menos dos calendários e da periodicidade de eventos, seria uma ótima contribuição para o futuro de todas.

Perdidas entre a preocupação com as fontes de financiamento – para os eventos que regularmente produzem – e a produção destes próprios eventos, nossas associações deixam de fazer um papel que lhes caberia: o de discutir o estado geral de seu campo do conhecimento (no passado, no presente e no futuro) e de intervir em questões que digam respeito a este campo.

Os próprios eventos que produzimos têm servido pelo menos a dois propósitos: 1) o de divulgar e possibilitar a publicação de trabalhos acadêmicos; 2) o de fornecer um local privilegiado para encontros presenciais de pesquisadores nacionais e estrangeiros de temas e interesses específicos. Parece que nossa área tem empregado a estratégia de usar eventos, entre outras coisas, para estes encontros presenciais. Não vejo problema em os eventos serem também um lugar para isto, mas é bom lembrar que o formato dos congressos de nossa área não beneficia um possível aprofundamento crítico dos temas e objetos pesquisados. A estrutura básica de nossos congressos consiste em apresentações de cerca de 20 minutos, sem discussão posterior – ou, pelo menos, sem uma discussão que mereça, até pelo tempo a ela dedicado, ser considerada como relevante. Como alternativa de curto prazo, para melhorar este quadro, talvez seja interessante planejar eventos nos quais, ao invés de se levarem *papers* que são lidos sem discussão, se pudesse introduzir a prática de disponibilizar os textos antes do evento e, durante o evento, dedicar-se apenas a discutir o que foi previamente disponibilizado. Cremos que isto levaria, pelo menos, a um maior adensamento geral das argumentações desenvolvidas sobre os diversos temas, pois o debate, inclusive com a verbalização de opiniões contrárias, obriga

ao acuramento de posições. A forma de organização do X Congresso Internacional da ABRALIC objetivou possibilitar isto: todas as comunicações foram enviadas antes, e os Coordenadores de Simpósios puderam distribuir os textos previamente para todos os participantes de seus grupos, o que permitiu que apenas se discutisse o que já estava publicado, caso se desejasse, em vez de somente ler – como de costume, sem muito espaço para discussão – as comunicações elaboradas para o evento. Além disto, os anais completos foram entregues aos participantes, já no primeiro dia do evento.

Um efeito colateral desejável deste debate é a capacitação de nossa área para produzir argumentos *ad hoc* nos embates por verbas que continuamente ocorrem nos níveis federais e estaduais, embates onde até as migalhas que nos são destinadas não estão garantidas, já que são permanentemente postas em xeque por quem batalha até o último centavo por cada espaço de financiamento – isto é, todos os representantes de todas as outras áreas. Esta capacitação poderia fazer, pelo menos, com que nos acostumássemos a participar de modo mais efetivo nas questões que nos dizem respeito, o que poderia gerar muitas conseqüências políticas.

Quem sabe, a partir deste novo quadro, nossos ex-alunos poderiam passar a ter apoio nosso contra os pacotes que periodicamente descem sobre suas cabeças, vindos de instâncias estaduais ou federais? Quase ninguém da área de Letras se manifestou, por exemplo, quando surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais, que têm repercussão na vida profissional de nossos discentes. A manifestação de maior repercussão foi a de escritores, que protestaram contra o que viam como exclusão da literatura dos programas. O próprio dirigente da instância do MEC responsável pelo parto desta “criança problema” era professor de literatura portuguesa, e disse à época que havia um mal entendido, porque os PCNs não significavam obrigatoriedade de nada – o que é verdade – e que eram apenas observações de ordem geral e não normativa. No entanto, se consultarmos o dicionário, veremos que a palavra “parâmetro” significa “variável para a qual se fixa ou à qual se atribui um valor e por seu intermédio se definem outros valores ou funções, num dado sistema”. É difícil presumir que o efeito de sentido de um documento com a chancela de uma instância federal de poder e o adjetivo “nacional” justaposto não será normativo, ainda que ele se apresente como apenas sugestivo.

Outro exemplo recente, em outra esfera, é a reforma curricular dos cursos de licenciatura que, no momento em que escrevo este artigo, se encontra em processo. Em primeiro lugar, trata-se de uma reforma em completa falta de sintonia com o discurso da própria instância federal à qual está ligado o Conselho Nacional de Educação, já que o MEC, no início do atual governo chamou a atenção para o fato de que o país terá um déficit de 200.000 professores nos próximos anos, necessitando, portanto, de formar mais profissionais em menos tempo. Ora, esta “reforma” compulsória significará um aumento de carga horária brutal para os cursos de licenciatura, e, portanto, uma delonga maior na formação dos profissionais que o próprio discurso governamental declara serem necessários ao Brasil. Além disto, ela foi uma reforma que pagou um pesado tributo a grupos de interesse ligados à área de “Educação”. Coloco as aspas, porque todos nós somos educadores, embora com frequência apenas um certo grupo de profissionais, ligados às faculdades e institutos de educação reivindique ser “especialista” em educação. Esta reforma atendeu a este grupo de interesse, buscando inserir compulsoriamente nos currículos de licenciatura um enorme volume de disciplinas de viés pedagógico.

É claro que nós poderíamos nos perguntar se o acréscimo de um enorme volume de disciplinas de viés “pedagógico”, de supostos estágios em escolas, de “práticas” vai realmente significar alguma coisa além de um enorme custo econômico para as universidades, social para nossos alunos e real para a população, que vai ter de esperar muito mais tempo para poder ter na escola os profissionais de que necessita. Se há algum efeito positivo – por exemplo, o aumento de empregos para nossos colegas da Educação e para os alunos egressos de cursos da área deles, que passam a ter uma reserva de mercado garantida em literalmente todos os cursos de formação de professores – este efeito positivo certamente não é nem para nossa área nem para nossos alunos.

Tentando andar na contramão desta ausência nas discussões que dizem respeito a Letras, em nossa gestão optamos por tomar parte na discussão da Nova Tabela das Áreas do Conhecimento, que foi encetada pela atual administração de ciência e tecnologia no país, embora avaliando que esta participação seria, necessariamente, problemática. Por quê? Para começar, porque não houve preocupação – por parte das instâncias federais que produziram e colocaram *on*

*line* uma “Nova Tabela” no *site* do Cnpq – de dar condições e tempo para que as associações científicas de nossa Grande Área pudessem discutir ampla geral e irrestritamente com seus respectivos membros um substitutivo. E, como a proposta *on line* foi elaborada por uma comissão sem nenhum membro indicado por Letras e Linguística (seja por associações científicas, seja por representantes da área na CAPES ou no Cnpq), ela estava em falta de sintonia marcante com nossa realidade concreta.

Foi um desafio tentar produzir um documento comum entre quatro associações científicas (ABRALIC, ANPOLL [Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística], ABRALIN [Associação Brasileira de Linguística] e ALAB [Associação de Linguística Aplicada do Brasil]), e, dadas as circunstâncias, foi uma vitória chegar ao acordo possível (mesmo lembrando que o possível é sempre menos do que o ideal). O documento comum, desdobramento de uma reunião entre aquelas associações, convocada pela ANPOLL, em São Paulo, foi colocado *on line* no *site* da ABRALIC, com um e-mail específico para correspondência com a diretoria sobre este assunto, de modo a podermos ter um retorno da própria comunidade a quem representamos. Aproveito este texto para agradecer o apoio e a contribuição de todos que se manifestaram, então.

Como se trata, salvo engano, da primeira atuação política conjunta das associações científicas de nossa Grande Área, torna-se mais relevante ressaltar este movimento inédito, especialmente num momento delicado, em que havia um proposta *on line*, no *site* do Cnpq, extremamente problemática para todos<sup>3</sup>. Oxalá possamos também no futuro manter práticas conjuntas de reivindicação, o que certamente nos permitirá ter mais força de reivindicação junto às instâncias responsáveis pelas decisões que nos afetam.

Nesta ocasião a ABRALIC, como associação representativa da comunidade de pesquisadores de literatura, adotou dois eixos básicos, para atuar na negociação com as outras associações de nossa Grande Área (Linguística Letras e Artes): a manutenção de “Letras” na titulação da grande área e a simetria em relação às outras áreas de nossa Grande Área.

Consideramos que a proposta de alteração do título vigente da grande área para “Linguagens e Artes” não era adequada, pelas seguintes razões:

<sup>3</sup> A título de registro histórico, colocamos em anexo a proposta da “comissão” do Cnpq e o substitutivo das nossas associações científicas.

a) eliminava pura e simplesmente a Literatura da titulação, já que o termo “linguagens” não a tem como referente consensual. (Não tinha consistência também a pressuposição de que o termo “artes” englobaria também literatura, já que, historicamente, no contexto de uso das agências de fomento, ele nunca designou isto.)

b) O termo “Letras” estava e está associado tanto a um sentido da própria área como um todo (quando empregado, por exemplo, para designar cursos de graduação) quanto a um sentido sinonímico de “literatura”, tradicional nas agências de fomento. Não havia porque silenciar esta riqueza histórica de sentidos de ambos os termos, nem existia razão acadêmica relevante para eliminar pura e simplesmente a menção a literatura na titulação da área.

Para terminar, lembramos que, apesar de todas as dificuldades e percalços ao longo do caminho, a ABRALIC conseguiu atingir a marca de vinte anos ininterruptos de atividades, graças ao trabalho de todos que tornaram isto possível. Só isto já é um ótimo motivo para comemorações.

## ANEXO I

### Documento da Comissão Especial de Estudos nomeada pelo CNPq, CAPES e FINEP

A Comissão Especial de Estudos nomeada pelo CNPq, CAPES e FINEP para propor uma **Nova Tabela das Áreas do Conhecimento** apresenta às entidades interessadas e à comunidade científica esta **proposta para discussão**.

A Constituição Federal, ao tratar, em seu Artigo 218, da Ciência e Tecnologia, refere-se a áreas de ciência. Entretanto, as agências públicas e a comunidade científica, consagraram a expressão áreas do conhecimento.

A Tabela das Áreas do Conhecimento adotada por órgãos atuantes em ciência, tecnologia e inovação é um instrumento para organizar informações visando implementar, administrar e avaliar seus programas e atividades. A Tabela orienta os usuários dessas agências a situarem suas atividades no quadro geral da produção e aplicação do conhecimento.

A classificação das áreas do conhecimento expressa na Tabela **não é concebida** para organizar comitês assessores das agências de fomento. Tomando a Tabela como referência, as agências organizam mecanismos de avaliação por pares conforme suas necessidades e possibilidades. A Tabela também não determina a distribuição de recursos para o fomento, não impõe revisões em programas curriculares das instituições de ensino, não visa alterar a classificação de acervos bibliográficos e documentais, não serve para designar atividades profissionais nem é estabelecida para organizar as estatísticas nacionais de ciência e tecnologia. A reclassificação em pauta deve preservar séries estatísticas das agências, facilitar-lhes a coleta de dados, compatibilizar informações de diferentes entidades e atualizar a terminologia utilizada.

Esta proposta de classificação das áreas do conhecimento reduz os níveis hierárquicos da tabela em vigor, estabelecendo apenas a **grande área, área e sub-área**, tendo a área como **unidade básica de classificação**. Para facilitar identificação das atividades interdisciplinares ou multidisciplinares, as **especialidades** são excluídas da hierarquia.

A presente proposta leva em conta as novidades da produção científica e tecnológica, mas evita confusões desnecessárias provocadas por bruscos rompimentos com tradições enraizadas e ainda respeitadas pelos pesquisadores. Além do estudo de tabelas adotadas em outros países e da análise das tentativas anteriores de atualização da Tabela em vigor, a Comissão levou em conta numerosas sugestões recebidas da comunidade científica.

Por **área** do conhecimento entende-se o conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.

A **grande área** é a aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sócio-políticos específicos.

Por **sub-área** entende-se uma segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados.

Por **especialidade** entende-se a caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma **especialidade** pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e sub-áreas.

A listagem das especialidades por ordem alfabética apresenta diversas inconveniências e a comunidade deve se posicionar quanto a isso. Uma saída que pode atenuar as inconveniências é segmentar a lista por áreas ou grandes áreas. Mas isso recolocaria o problema da hierarquização. Outra alternativa é alterar a terminologia das especialidades de forma a facilitar o enquadramento dos pesquisadores. A presente listagem de especialidades é uma experiência a ser testada.

Outro problema não resolvido diz respeito à classificação dos **estudos ambientais**. Na prática, a CAPES já está se referindo às Ciências Ambientais como grande área quando classifica os periódicos. A CAPES relaciona 196 periódicos voltados para assuntos do Meio Ambiente e os programas de pós-graduação neste campo são os que mais crescem entre os programas designados como multidisciplinar. A Comissão aguarda sugestões sobre como proceder.

As novas críticas e propostas serão bem-vindas, desde que endossadas por comitês assessores das agências e associações científicas. As críticas e sugestões devem ser devidamente fundamentadas. É importante, por exemplo, esclarecer os casos de incongruências, inconsistências e anacronismos terminológicos da presente proposta bem como assinalar lacunas ou omissões quanto às novidades temáticas, à consagração de tendências metodológicas, à consolidação de cursos e programas de pesquisa e à existência de associações de pesquisadores e de periódicos qualificados.

A Comissão solicita que as propostas de criação de novas áreas sejam justificadas e acompanhadas de suas respectivas sub-áreas. A correspondência para a Comissão deve ser enviada para o seguinte endereço: [comissao.areas@cnpq.br](mailto:comissao.areas@cnpq.br).

A Comissão concluirá seus trabalhos dia 4 de dezembro de 2005. Assim, receberá críticas e sugestões até o dia 30 de outubro.

Tendo em vista o dinamismo próprio do trabalho científico, a Comissão, em seu relatório final, deverá propor ao CNPq, à CAPES e a FINEP a formação de uma **comissão permanente** para o acompanhamento periódico da Tabela de forma a que não se repita a grande defasagem hoje verificada.

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROPOSTAS

1. A grande área designada Outros fica extinta e seu conteúdo distribuído seja como área, subárea ou especialidade;
2. Com exceção das Ciências Biológicas e das Ciências Humanas, a denominação das grandes áreas é alterada:  
  
**De Ciências Exatas e da Terra para Ciências Matemáticas e Naturais**  
**De Engenharias para Engenharias e Computação**  
**De Ciências da Saúde para Ciências Médicas e da Saúde**  
**De Ciências Agrárias para Ciências Agrônomicas e Veterinárias**  
**De Ciências Sociais Aplicadas para Ciências Socialmente Aplicáveis**  
**De Lingüística, Letras e Artes para Línguagens e Artes**
3. Duas grandes áreas têm suas posições alteradas na ordem de apresentação: as **Engenharias**, colocadas, agora, logo depois das Ciências Matemáticas e Naturais; as **Ciências Humanas** antecedem, agora, as Ciências Socialmente Aplicáveis.
4. A composição de todas as grandes áreas sofrem mudanças devido, sobretudo, a proposta de criação de 21 novas áreas:

1. Arquivologia
2. Artes Cênicas
3. Artes Visuais
4. Biblioteconomia
5. Bioética
6. Ciências Atmosféricas
7. Contabilidade
8. Dança
9. Engenharia Cartográfica e de Agrimensura
10. Engenharia Têxtil
11. Estatística
12. Geofísica
13. Geologia
14. História do Conhecimento
15. Informática em Saúde
16. Literatura
17. Mecatrônica e Robótica
18. Música
19. Neurociências

20. Relações Internacionais

21. Saúde Pública

5. As seguintes **áreas** mudaram de **grande área**:

A área **Computação** passou da antiga Ciências Exatas e da Terra para Engenharias e Computação.

As áreas de **Farmacologia** e **Imunologia** passaram das Ciências Biológicas para as Ciências Médicas e da Saúde.

6. Visando atenuar o grave problema da classificação da interdisciplinaridade, a composição de diversas áreas foi simplificada através da criação de sub-áreas capazes de abrigar diversas especialidades. Isso ocorreu, em particular, no caso de áreas que podem abrigar grande número de subáreas. Por exemplo, na área Geologia, passa a abrigar a subárea **Geologia Aplicada**; na área História, a subárea **Histórias Temáticas**; na Antropologia, a subárea **Antropologias Temáticas**.

7. A designação de diversas áreas é alterada devido, principalmente, a desmembramentos. Por exemplo: a antiga área **Probabilidade e Estatística** é desmembrada em duas áreas; a antiga área **Geociências**, em três novas áreas: Geologia, Geofísica e Ciências Atmosféricas.

8. A antiga grande área **Linguística, Letras e Artes** fica designada **Linguagens e Artes**. Suas áreas foram ampliadas de 3 áreas para 7, sendo 3 devotadas a Linguagem e 4 às artes. O número de subáreas fica ampliado de 26 para 54.

9. Algumas subáreas tornam-se áreas, por exemplo: **Saúde Pública, Biblioteconomia, Arquivologia, Música e Dança**.

10. As subáreas ficam ampliadas de 340 para 475. **Surgem, portanto, 135 novas subáreas**. A designação de quase todas as subáreas é alterada. Diversas subáreas foram redefinidas quanto ao próprio conteúdo, já que surgem por conta do desdobramento de antigas subáreas.

As especialidades, destacadas da ordem hierárquica, foram listadas em ordem alfabética. A antiga Tabela listava 865 especialidades; esta proposta contém mais de 1.400. A lista de **Especialidades** procura preservar, na medida do possível, todas aquelas constantes da Tabela em vigor.

É possível prever muitas alterações nesta listagem a partir das contribuições da comunidade.

## NOVA TABELA DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Versão preliminar proposta para discussão

### 8 Grande Área: Linguagens e Artes

#### 1 Área - Linguagem

Teoria da Linguagem Verbal  
Teoria e Análise do Discurso  
Teoria e Análise do Texto  
Linguagem Verbal Não Oral  
Linguagens Não Verbais  
Linguagens Sincréticas  
Teoria e Prática da Tradução  
Filosofia da Linguagem  
História das Idéias Lingüísticas

#### 2 Área - Línguas

Fonética e Fonologia  
Morfologia e Sintaxe  
Semântica  
Lexicologia, Lexicografia e Terminologia  
Variação Lingüística  
Mudança Lingüística  
Uso Lingüístico  
Aquisição da linguagem  
Patologias da Linguagem  
Tratamento Automático das Línguas  
Língua Portuguesa  
Línguas Clássicas  
Línguas Estrangeiras Modernas  
Línguas Indígenas  
Outras Línguas

#### 3 Área - Literatura

História da Literatura  
Teoria da Literatura  
Literatura Comparada  
Literaturas Vernáculas  
Literaturas Clássicas  
Literaturas Estrangeiras Modernas  
Literatura Infantil

- 4 **Área - Artes Cênicas**
  - Fundamentos das Artes Cênicas
  - Dramaturgia
  - Teatro
  - Coreografia
- 5 **Área - Artes Visuais**
  - Fundamentos das Artes Visuais
  - Pintura
  - Desenho
  - Fotografia
  - Cinema
  - Audiovisual
  - Escultura
  - Cerâmica
  - Gravura
  - Tecelagem
  - Design
- 6 **Área - Música**
  - Teoria da Música
  - Regência
  - Composição Musical
  - Práticas Interpretativas
- 7 **Área - Dança**
  - Fundamentos da Dança
  - Execução da Dança
  - Coreografia da Dança
  - Técnicas Corporais

ANEXO II – Documento da ABRALIC, ABRALIN, ALAB e ANPOLL

Ao Professor Doutor  
MANUEL DOMINGOS NETO  
DD.Presidente da Comissão Especial de Estudos para Classificação das Áreas do  
Conhecimento  
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
comissao.areas@cnpq.br

Assunto: Tabela de Área do Conhecimento  
Contribuições da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), da  
Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), da Associação de Lingüística  
Aplicada do Brasil (ALAB) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação  
em Letras e Lingüística (ANPOLL)

Prezado Professor

Na qualidade de Associações Científicas representativas na área de **LINGÜÍSTICA LETRAS E ARTES**, a Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), a Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), a Associação de Lingüística Aplicada do Brasil (ALAB) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística (ANPOLL) reuniram-se para discutir a Nova Tabela das Áreas do Conhecimento apresentada pelo CNPq e elaborar um substitutivo que contem-plasse melhor as especificidades e as reais necessidades dos pesquisadores atuantes nesta área.

Depois de examinar detidamente a Nova Tabela proposta e após ampla consulta à comunidade científica abrangida por estas associações, consideramos que a formulação a seguir é a que melhor nos atende. Logo após o substitutivo, encontram-se as justificativas sintéticas.

Grande Área:

**Lingüística, Letras e Artes (ABRALIC, ABRALIN, ANPOLL); Linguagens e Artes (ALAB)**

1. **Área – Teoria e Descrição Lingüística**

- Fonética e Fonologia
- Morfologia e Sintaxe
- Semântica e Pragmática
- Sociolingüística e Dialetoлогия
- Lingüística Histórica
- Psicolingüística e Aquisição da Linguagem

2. **Área - Teoria e Análise da Linguagem**  
Teoria da Linguagem Verbal  
Teoria e Análise do Discurso  
Teoria e Análise do Texto  
Semiótica  
História das Idéias Lingüísticas e dos Estudos sobre Linguagem  
Estudos de Cognição e Linguagem
3. **Área - Lingüística Aplicada**  
Ensino e Aprendizagem de Língua  
Linguagem e Tecnologia  
Alfabetização e Letramentos  
Formação de Professores de Língua  
Linguagem e Práticas Sociais
4. **Área - Linguagens e Interfaces**  
Estudos de Tradução  
Lexicologia, Lexicografia e Terminologia  
Estudos de Políticas e Planejamentos Lingüísticos  
Línguas Clássicas  
Línguas Indígenas  
Neurolingüística
5. **Área - Fundamentos dos Estudos Literários**  
História da Literatura  
Teoria da Literatura  
Literatura Comparada  
Crítica Literária
6. **Área - Literaturas de Língua Portuguesa**  
Literatura Brasileira  
Literatura Portuguesa  
Literatura Africanas de Língua Portuguesa
7. **Área - Literaturas de Língua Estrangeira**  
Literaturas Clássicas  
Literaturas de Língua Inglesa  
Literaturas de Língua Francesa  
Literaturas de Língua Espanhola  
Literaturas de Língua Alemã  
Literatura Italiana  
Literatura Russa  
Outras Literaturas Estrangeiras Modernas

## 8. Área – Literatura e Interfaces

Crítica Textual

Ensino de Literatura

Literatura Infantil e Juvenil

Literatura e Leitura

Literatura e Ciências Humanas

### JUSTIFICATIVA

A Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), a Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística (ANPOLL) consideram que a grande área deve manter-se como era (LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES), enquanto a Associação de Lingüística Aplicada do Brasil (ALAB) sente-se contemplada com a nova designação proposta (LINGUA-GENS E ARTES).

Quanto às áreas, todas as associações concordam que se devem alterar as áreas e subáreas propostas, mantendo a simetria que sempre existiu entre LINGÜÍSTICA e LETRAS, e estabelecendo uma simetria também com ARTES: 4 áreas para cada.

A partir da grande área, apresentam-se oito áreas. Como Associações Científicas das áreas de Letras e Lingüística, não nos manifestamos sobre ARTES, visto que há especificidades envolvidas aí, sobre as quais não devemos nos pronunciar.

Quanto às designações de área, consideramos que é relevante fazer a seguinte subdivisão:

1. Área – Teoria e Descrição Lingüística
2. Área – Teoria e Análise da Linguagem
3. Área – Lingüística Aplicada
4. Área- Linguagens e Interfaces
5. Área – Fundamentos dos Estudos Literários
6. Área – Literaturas de Língua Portuguesa
7. Área – Literaturas de Língua Estrangeira
8. Área- Literatura e Interfaces

Os estudos lingüísticos, considerados a partir de sua tradição, abrangência e multiplicidade, ficam contemplados nas duas primeiras áreas – *Teoria e Descrição Lingüística* e *Teoria e análise da Linguagem* – refletindo as formas como a construção do conhecimento em torno da linguagem efetivamente se dá.

A *Lingüística Aplicada*, por sua vez, tem hoje *status* diferente de "aplicação da lingüística", cobrindo campos que vão muito além das reflexões sobre ensino / aprendizagem de línguas. Ainda que sua designação permaneça, sua condição de área específica está consubstanciada na natureza das pesquisas, na publicação bibliográfica, na formação de pesquisadores, nos Programas de Pós-graduação existentes no

<sup>4</sup> Ver documento em anexo, para maiores detalhes sobre a importância da Lingüística Aplicada.

país, no reconhecimento nacional e internacional de sua condição de campo específico do conhecimento, conforme atesta a existência de associações científicas nacionais e uma internacional.<sup>4</sup>

*Linguagem e Interfaces* procura abranger atividades que, mais explicitamente, estabelecem um diálogo com outras grandes áreas do conhecimento. Nas quatro subáreas de *Fundamentos dos Estudos Literários* (Teoria Literária, Literatura Comparada, História Literária, Crítica Literária), estão concentradas mais densamente as atividades referentes aos pressupostos em relação aos quais a produção de conhecimento sobre a literatura está articulada, e a partir dos quais se pode gerar e enunciar esta produção e tornar inteligível, em nossa área, o sentido do que se gera e enuncia.

A área designada anteriormente como «Literatura» está reconfigurada, para contemplar duas outras (*Literaturas de Língua Portuguesa, Literaturas de Língua Estrangeira*), agrupando as literaturas conforme a língua em que se manifestam e especificando mais as subáreas, de forma a nomear com precisão pelo menos as literaturas mais presentes, especialmente em termos numéricos, nas Instituições de Ensino Superior. Esta especificação permite o reconhecimento de distinções que não apenas são importantes para a caracterização de subáreas, mas também facilitam a operacionalização de atividades científicas, didáticas e administrativas nas várias instâncias do sistema científico e educacional brasileiro nas esferas federal, estadual e municipal.

Por fim, a área *Literatura e Interfaces* contempla uma série de atividades que remetem o pesquisador de literatura para outras grandes áreas do conhecimento

Esperando ver atendidas nossas reivindicações referentes à Tabela de Área do Conhecimento, aproveitamos para reiterar nosso apreço à Comissão Especial de Estudos para Classificação das Áreas do Conhecimento, que apresentou uma proposta e propiciou à Área uma ampla reflexão em torno da produção do conhecimento que se realiza hoje e das denominações que melhor possam descrevê-la.

Cordialmente,

Professora Doutora Beth Brait  
Presidente da ANPOLL - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística

Professor Doutor José Luís Jobim  
Presidente da ABRALIC - Associação Brasileira de Literatura Comparada

Professora Doutora Thaís Cristófaró Silva  
Presidente da ABRALIN - Associação Brasileira de Lingüística

Professora Doutora Maria Luiza Ortiz  
Presidente da ALAB - Associação de Lingüística Aplicada do Brasil

